Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. FLÁVIO ESGAIB KAYATT

DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 9918/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/6834/2022
PROTOCOLO	: 2175666
ENTE/ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR PRESIDENTE)
TIPO DE PROCESSO	: RESERVA REMUNERADA
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de refixação de proventos em função do Retorno para a Reserva Remunerada concedida ao servidor Sidnei da Silva Romeiro, que ocupou o cargo de 3º Sargento Policial Militar, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – PM.

Ao examinar os documentos a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 9414/2023** (pç. 13, fls. 21-22), pelo **registro** da presente Refixação de Proventos.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 13806/2023** (pç. 14, fl. 23), opinando pelo registro da Transferência para Reserva Remunerada ao servidor acima descrito.

É o Relatório.

DECISÃO

Analisando o teor dos autos, verifico que o ato de refixação de proventos em função do Retorno para a Reserva Remunerada em apreço está em consonância com as regras estabelecidas no art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso I, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, acrescentado pela Lei Complementar n.275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n.13.954, de 16 de dezembro de 2019, e art. 1º, do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGEPREV N. 0311/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.812, de 26 de abril de 2022.

Diante do exposto, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do representante do MPC e **decido pelo registro** do ato de refixação de proventos em função do Retorno para a Reserva Remunerada concedida ao servidor Sidnei da Silva Romeiro, que ocupou

o cargo de 3º Sargento Policial Militar, com fundamento no art. 77, inciso III, da Constituição Estadual, nos arts. 21, III e 34, inciso I, alínea ‘b” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 (com redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovada pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 15 de dezembro de 2023.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

PBC/JRL